
GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

OCTAVIO IANNI

Professor do Departamento de Sociologia da Unicamp. Autor de A sociedade global, entre outros

O processo de globalização aparece de forma particularmente acentuada no âmbito das ideologias que se criam e recriam, ou mesclam e degladiam. São ideologias nas quais convivem utopias, nostalgias e escatologias, em geral decantando ou exorcizando o jogo das forças sociais que fermentam os novos quadros sociais e mentais de referência. Em todo o mundo, ainda que em diferentes gradações, multiplicam-se as interrogações e as convicções nas quais ressoam utopias, nostalgias e escatologias sobre o destino de indivíduos e coletividades.

Desde que se tornou evidente a globalização de processos e estruturas sociais, abalando territórios e fronteiras ou soberanias e hegemonias, multiplicaram-se as controvérsias e os estudos, tanto quanto as inquietações e as perspectivas, sobre as configurações e os movimentos da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. O mapa do mundo revelou-se movediço e quebradiço, refletindo uma espécie de megaterremoto, simultaneamente geoistórico, econômico, político e cultural. E assim se abalam mais ou menos drasticamente os territórios e as fronteiras de todos os tipos, compreendendo os quadros sociais e mentais de referência de uns e outros, indivíduos e coletividades ou povos, tribos, nações e nacionalidades, em todo o mundo.

Essa é a realidade: quando se abalam as bases sociais e mentais de referência de uns e outros, todos são desafiados a repensar as suas práticas e os seus ideais, compreendendo as suas convicções e as suas ilusões. Ao mesmo tempo em que se abalam as formas de sociabilidade que pareciam estabelecidas e o jogo das forças sociais que parecia equacionado, abalam-se as interpretações e os imaginários que pareciam sedimentados.

É evidente que a problemática da globalização tem agitado os espíritos em todo o mundo. Seja os que a reco-

nhecem plenamente, seja os que a relativizam, ou ainda os que simplesmente a negam, todos revelam-se inquietos. Alguns alegam que se trata de uma realidade antiga, evidente desde os incios do capitalismo, quando declina o feudalismo e emerge o mercantilismo. Outros afirmam que está em curso uma diabólica maquinação ideológica do neoliberalismo. Há os que distinguem “mundialização” da cultura e “globalização” da economia. Também existem os que dizem que a globalização não é senão uma nova face do imperialismo. São muitos os que insistem na prevalência do nacionalismo, compreendendo a soberania do Estado-Nação e a importância das relações internacionais, como se a globalização não fosse senão uma dimensão secundária ou até mesmo episódica das relações econômicas e políticas entre nações agrárias, subdesenvolvidas, mais ou menos desenvolvidas, emergentes, industrializadas e pós-industriais. Para outros, os processos de integração regional, tais como os da União Européia (UE), Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), Mercado Comum Sul-Americano (Mercosul), Comunidade de Estados Independentes (CEI) e Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), entre tantos regionalismos, seriam uma reação de autodefesa das economias nacionais, embora haja os que alegam que o regionalismo revela-se uma forma de atenuar o impacto do globalismo sobre o nacionalismo. São muitos os que se revelam inquietos com a sucessão de acontecimentos, simultaneamente sociais, econômicos, políticos e culturais, embaralhando ou redirecionando as fronteiras de todos os tipos, modificando os desenhos e os movimentos do mapa do mundo.

O que predomina, na época em que se dá a globalização, é a visão neoliberal do mundo. Em todos os países, as práticas e as idéias neoliberais estão presentes e ati-

vas. É claro que elas não se difundem de modo homogêneo; ao contrário, concretizam-se irregular e contraditoriamente. Defrontam-se com realidades sedimentadas, no que se refere seja às atividades, organizações e diretrizes econômicas, políticas e sociais, seja às tradições culturais, compreendendo instituições, modos de vida e trabalho, formas de sociabilidade e outras características próprias de cada povo, coletividade, tribo, nação e nacionalidade. O nacionalismo, tribalismo, localismo, provincianismo, chauvinismo e outras peculiaridades ou excentricidades revelam-se, com frequência, obstáculos à difusão e assimilação de práticas e idéias neoliberais.

O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais. “Neo” liberalismo porque se impõe e generaliza em escala mundial, alcançando inclusive os países nos quais se havia experimentado ou continua a se experimentar o regime socialista ou o planejamento econômico centralizado. Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado tanto dos países que se haviam organizado em moldes socialistas como os que sempre estiveram organizados em moldes capitalistas. Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isto baseado no suposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais. Daí a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global e, ao mesmo tempo, em shopping center global e disneylândia global.

Simultaneamente, dá-se a globalização das forças produtivas e das relações de produção, ainda que de maneira desigual, contraditória e simultaneamente combinada. Sob as suas diversas formas, o capital atravessa territórios e fronteiras, mares e oceanos, englobando nações, tribos, nacionalidades, culturas e civilizações. Juntamente com

o capital, sob suas diversas formas, globalizam-se as tecnologias de todos os tipos, compreendendo crescentemente as eletrônicas e informáticas. A informática concretiza, agiliza e generaliza os processos decisórios, favorecendo a dinâmica das empresas, corporações e conglomerados. Multiplicam-se as redes de todos os tipos, incluindo os movimentos de capitais, mercadorias, gentes e idéias, sempre envolvendo decisões adotadas pelas tecno-estruturas nas quais se diagnosticam, decidem e implementam as práticas por meio das quais operam e desenvolvem-se as forças produtivas e as relações de produção. Nesse sentido é que as atividades, os movimentos e as diferenciações da força de trabalho também se transnacionalizam, atravessando territórios e fronteiras. Inauguram-se movimentos migratórios, em novas direções, principalmente de nações do ex-Terceiro Mundo para as do ex-Primeiro Mundo. O que já ocorria nos tempos da guerra fria, em parte alimentando de força de trabalho barata o “milagre europeu”, intensificou-se ainda mais quando se dissolvem as fronteiras geopolíticas criadas durante a guerra fria. Ocorre uma espécie de “terceiromundização” do Primeiro Mundo; ou revela-se neste muito do que se encobria com a “diplomacia total” que alimentava a guerra fria. Passam a ser numerosos, multidões, os migrantes chegando em países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, vindos da Ásia, Oceania, África, América Latina e Caribe, além dos provenientes dos países que faziam parte do mundo socialista. Mesclam-se trabalhadores de todas as qualificações, etnias, culturas, línguas, religiões e outras características, como se a fábrica global se tivesse transformado em um vasto e intrincado caleidoscópio ou nova Babel.

Está em curso a reprodução ampliada do capital, em escala global. Simultaneamente, desenvolvem-se a concentração do capital, no sentido da crescente reinversão do excedente, lucro ou mais-valia, e a centralização do capital, através de absorção de empreendimentos menos ativos, secundários ou marginais pelos mais ativos, dinâmicos ou agressivos. Assim é que as forças produtivas e as relações de produção atravessam territórios e fronteiras, globalizando-se. Essa é uma globalização que causa impactos mais ou menos drásticos não só nas “fronteiras” – isto é, nas regiões ainda pouco impregnadas pelas forças produtivas e pelas relações de produção capitalistas, dominantes –, mas também nas nações que haviam experimentado regimes socialistas, ou economias centralmente planejadas. Mais do que isso, a globalização causa impactos inclusive nas nações tradicionalmente organizadas em moldes capitalistas, “emergentes” ou “dominantes”, centrais ou periféricas, ao norte ou ao sul. Nessas condições, a globalização do capitalismo implica sempre e necessariamente o desenvolvimento desigual, contradi-

tório e combinado. “Desigual”, devido aos desníveis e às irregularidades na realização das forças produtivas e das relações de produção. “Contraditório”, porque leva consigo tensões e atritos entre os subsistemas econômicos nacionais e regionais, enquanto províncias do sistema econômico global. E “combinado”, já que, a despeito das desigualdades de todos os tipos e das contradições também múltiplas, desenvolve-se em geral alguma forma de acomodação, associação, subordinação ou integração, nas quais os pólos dominantes ou mais dinâmicos subordinam, orientam ou administram os “emergentes”.

Sob o neoliberalismo predominante na economia global, “o critério principal é a competitividade; e, derivados dele, os imperativos universais da desregulação, privatização e redução da intervenção governamental nos processos econômicos. O neoliberalismo está transformando os Estados em amortecedores situados entre as forças econômicas externas e a economia nacional; isto é, agências destinadas à adaptação das economias nacionais às exigências da economia global. Assim, o mercado irrompe livre de quaisquer barreiras nacionais, submetendo a sociedade global às suas leis” (Cox, 1995:39).

O neoliberalismo predomina e prevalece em um mundo organizado em moldes cada vez mais sistêmicos. São várias as articulações sistêmicas que organizam e dinamizam as atividades econômicas, políticas e culturais, ou sociais, que articulam e balizam as coisas, gentes e idéias. É óbvio que são muitas, distintas e também contraditórias as formas de organização social de indivíduos e coletividades, tribos e nações, empresas e corporações, igrejas e religiões, culturas e civilizações. Esse é um vasto e intrincado caleidoscópico, sempre em movimento, colorido, sonoro, articulado e caótico. Nem por isso, no entanto, deixam de prevalecer e predominar as articulações sistêmicas, também muitas vezes tensionadas entre si ou mesmo embaralhadas. Por dentro e por sobre tudo o que é local e nacional, revelam-se articulações de tipo regional e mundial. A despeito dos graus variáveis de organização e concretização, é inegável que a União Européia, a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte e outras organizações regionais afirmam-se como estruturas de poder incipientes ou já poderosas. Em outros termos, também são estruturas de poder mais ou menos eficientes a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Grupo dos 7 (G7), transformado em 1997 em Grupo dos 8 (G8), e a conferência anual de empresários, representantes governamentais e outros, que se realiza em Davos. Porém, as mais poderosas estruturas de poder são as corporações transnacionais, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Bird) e a Organiza-

ção Mundial do Comércio (OMC), que dispõem de recursos financeiros, técnicos e organizatórios, mobilizando ciência e técnica, equipes e aparatos, para diagnosticar, planejar e pôr em prática decisões que influenciam as economias de cada uma e todas as nações, assim como da economia mundial. A sua capacidade de estabelecer critérios e diretrizes, não só econômico-financeiras mas também técnico-organizatórias e outras, aos quais devem ajustar-se os governos nacionais, lhes confere a categoria de estruturas mundiais de poder (Banco Mundial, 1996; Tanzi, 1993; Tommasi, Warde e Haddad, 1996; Melo e Costa, 1994).

Porém, cabe ressaltar a presença e a importância das empresas, corporações e conglomerados transnacionais, que estão direta e ativamente presentes em todos os níveis do sistema econômico, compreendendo a produção, distribuição e troca, mas sempre induzindo, intensificando e generalizando o consumo. São empreendimentos que atuam em todos os níveis e setores, incluindo a eletrônica e a informática, o turismo e o entretenimento, a mídia impressa e a eletrônica. Não se deve esquecer que esses empreendimentos são administrados por tecno-estruturas sofisticadas, capazes de realizar diagnósticos e prognósticos, planejamentos e projetos. Estão presentes e ativos em extensas partes da sociedade mundial, em geral mapeadas em termos de mercados reais e potenciais, conquistados e a conquistar. Tudo isso influenciando, cooptando ou atropelando Estados nacionais, em suas organizações, diretrizes e intenções. Basicamente, a globalização significa a globalização do capitalismo pelas atividades das corporações globais (Korten, 1996; Barnett e Cavanagh, 1994).

Sim, o neoliberalismo diz respeito à transnacionalização das forças produtivas e das relações de produção, atravessando os territórios e as fronteiras, tanto quanto os regimes políticos e as culturas. São “forças produtivas”, tais como o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento e a violência, concretizando a transformação de formas de vida e trabalho, compreendendo práticas e imaginários. São “relações de produção”, tais como a liberdade e a igualdade de proprietários organizados no contrato, o que compreende a empresa, a corporação, o conglomerado, o Estado, o direito, os códigos jurídico-políticos, a contabilidade, a calculabilidade, a produtividade, a competitividade e a lucratividade. Envolve instituições e organizações, práticas e ideais, modos de pensar e agir, em geral racionais, pragmáticos ou instrumentais, de modo a agilizar e generalizar as condições de operação dos “fatores da produção”.

Esse é o contexto em que se cria e recria a nação, compreendendo a sociedade e o Estado, o território e a fron-

teira. Sob vários aspectos, pode-se afirmar que a nação se forma principalmente no contexto do liberalismo e transforma-se mais ou menos drasticamente no contexto do neoliberalismo. No âmbito do neoliberalismo, o Estado-Nação entra em crise, é levado a redefinir-se. A dinâmica da globalização exige a reestruturação do Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, da saúde, educação, transporte, habitação e previdência. Assim se modifica, ou mesmo rompe, a relação entre o Estado e a sociedade. Enquanto o Estado é rearticulado mais abertamente às exigências e às possibilidades da globalização do capitalismo, amplos setores da sociedade civil dinamizam-se no sentido do nacionalismo, compreendendo o território e a fronteira, a história e a tradição. Os indivíduos e as coletividades são desafiados a reposicionarem-se em face de um Estado cada vez mais divorciado das suas inquietações e ambições. Divorçam-se o Estado e a sociedade, devido às diversidades e às exclusividades das suas tendências predominantes. Rompem-se algumas das articulações que conformavam o todo, Estado e sociedade, ou Estado-Nação. O Estado é reorganizado e dinamizado de conformidade com as injunções e as possibilidades da dinâmica dos processos de concentração e centralização, compreendendo o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado, operando em escala mundial. Ao passo que a maior parte da sociedade nacional, por seus indivíduos e coletividades, bem como grupos e classes sociais, organiza-se e dinamiza-se na direção do nacionalismo. Sendo assim, desloca-se o lugar da política. Quando se torna difícil falar em soberania, perde-se de vista um princípio fundamental da atividade, organização e luta políticas. Os indivíduos e coletividades, compreendendo não só grupos e classes, mas partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais, defrontam-se com novos obstáculos ou outras dificuldades para pensar e concretizar qualquer tipo de hegemonia. Acontece que a nação está se transformando ainda mais concretamente em província do capitalismo global, em suas implicações não só econômicas, mas sociais, políticas e culturais. Isto significa que o Estado se transforma crescentemente em aparelho administrativo das estruturas mundiais de poder, divorciando-se crescentemente de amplos setores sociais da sociedade nacional (Camilleri e Falk, 1992; Ohmae, 1995).

Esse é um cenário que se torna ainda mais complicado quando se reconhece que a mídia impressa e eletrônica predomina decisivamente nas mentes e nos corações de todo o mundo. As mentalidades e as correntes de opinião pública, bem como as noções e as interpretações sobre muito do que ocorre no mundo, em âmbito local, nacional, regional e mundial, tudo isso está cada vez mais decisivamente influenciado pelas empresas, corporações e

conglomerados que atuam no âmbito da mídia, cultura de massa e indústria cultural.

“As mudanças que abalam o mundo criam insegurança. Elas exigem que o povo reavalie e mude de atitudes, de modo a administrar as novas mudanças. O povo busca orientação e informação, mas tem também uma forte necessidade de entretenimento e recreação. Para fazer face a essas diversas necessidades, uma corporação global da mídia tem responsabilidades especiais. A comunicação é um elemento básico de qualquer sociedade. A mídia torna essa comunicação possível, ajuda a sociedade a compreender as idéias políticas e culturais, e contribui para formar a opinião pública e o consenso democrático. Hoje, a sociedade usa a mídia para exercer uma forma de autocontrole. Com estas responsabilidades como pano de fundo, os executivos da mídia devem permanecer conscientes das suas obrigações, respeitando princípios éticos em suas atividades” (Bertelsman, 1994:4).¹

Na época da globalização, a mídia adquire a figura e as figurações de um “príncipe” eletrônico. Já não se trata mais de *O príncipe* de Maquiavel; nem do “moderno príncipe”, ou partido político, do qual falou Gramsci. No fim do século XX, quando os meios de comunicação em geral adotam as tecnologias eletrônicas e informáticas crescentemente sofisticadas, intensificam-se e generalizam-se a importância e o predomínio da mídia na formação e transformação da opinião pública. As notícias sobre os fatos sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos, demográficos, ecológicos e outros são registradas, selecionadas, organizadas, enfatizadas, minimizadas ou esquecidas, ao mesmo tempo em que são difundidas pelos quatro cantos do mundo; em geral em inglês e traduzidas em línguas nativas. Mais do que o partido político, o sindicato, o movimento social, o parlamento, a igreja e outras instituições “classicamente” consideradas formadoras de opinião pública, é a mídia que ocupa crescentemente as mentes e os corações de indivíduos e coletividades. Além disso, na mesma medida que a mídia adquire preponderância na formação da opinião pública em geral, o partido político, o sindicato, o parlamento, a igreja e outras instituições, assim como personalidades ou lideranças, passam a disputar um lugar na mídia. Buscam produzir notícias, manchetes, comentários, imagens, debates ou controvérsias na mídia e para a mídia. Nesse processo, ajustam-se às linguagens prevaletentes na mídia, nas quais podem predominar o texto taquigráfico, a narração rápida, a tonalidade momentosa, a palavra mágica, a imagem imediata e impactante, a figura impressionante, o colorido, o sonoro, o movimento, a velocidade, o choque, a surpresa do insólito, o brutal da violência; e tudo isso estetizado. Nos programas de entretenimento, predominam o coloquial, a afetividade, o intimismo, a frus-

tração, o desencanto, a acomodação, a realização material, o consumismo, o narcisismo, a estetização do cotidiano. São muitos os meios e modos pelos quais a mídia amplia e aprofunda a sua presença e o seu predomínio na formação e conformação das mentes e corações de indivíduos e coletividades, transformando-se no “príncipe eletrônico” que desloca radicalmente o lugar da política. Em lugar do parlamento, assembléia, partido, sindicato ou movimento social, é principalmente a mídia que se desenvolve; e resolve muito do que é o político, a política, a construção da hegemonia. Nesse sentido é que a mídia não só provoca o deslocamento da política para outros lugares como opera decisivamente como “intelectual orgânico” dos grupos e classes sociais ou blocos de poder dominantes em todo o mundo, em âmbito nacional e global. Sendo assim, poucos são os espaços que restam aos grupos e classes sociais ou setores e coletividades subalternos, se se trata de organizar, conscientizar, mobilizar, reivindicar e lutar. Reduzem-se ainda mais as possibilidades de construção de hegemonias, em níveis locais, nacionais, regionais e mundiais, quando se pensa em globalização de baixo para cima.

Esse é o cenário em que prevalecem e florescem as teorias ou os mitos do “individualismo metodológico” e da “escolha racional”. Supõe-se que o indivíduo é o ator e agente por excelência da organização e funcionamento da sociedade, a começar pela economia ou o mercado. Supõe-se que o indivíduo tende predominantemente a agir de modo racional, próprio, deliberado, com relação aos seus interesses, à realização dos seus objetivos. E que agirá mais ou menos racionalmente, conforme a soma das informações de que dispõe, tendo naturalmente em conta as escolhas racionais que também poderão estar realizando os outros indivíduos situados no mesmo contexto, com base nas informações de que dispõem. São mitos que dizem algo sobre as ações e relações sociais em alguns contextos sociais, mas principalmente no mercado, no processo de compra e venda de mercadorias reais e imaginárias; e se transferem do mercado para praticamente todos os outros contextos sociais, vistos ou constituídos com base no modelo do mercado. Desde que se desenvolva essa construção – uma espécie de “tipo ideal” –, logo se passa a preconizar o individualismo por todos os cantos do mundo. Nesse sentido é que os japoneses, os chineses e os hindus têm sido levados a descobrir ou inventar os germes de individualismo no confucionismo, hinduísmo, budismo, taoísmo e outras correntes do pensamento oriental. Algo semelhante tem ocorrido em povos da África subsaariana, assim como entre árabes, indonésios, sul-americanos e antilhanos. Também os povos da Europa Central e Rússia estão sendo induzidos ou forçados a adotar instituições, práticas e ideais correspon-

dentes ao individualismo e à escolha racional. Reinterpretam-se as raízes civilizatórias dos povos, tribos, nações e nacionalidades à luz das hipóteses, instituições, práticas, valores e ilusões compreendidos pelo imaginário neoliberal (Birnbaum e Leca, 1986; Elster, 1986).

Talvez se possa dizer que o individualismo metodológico e a escolha racional sintetizam-se, em boa medida, no “cartão de crédito”, magnético, transnacional, global, ubíquo. Esse é o signo de individualidade e individualismo, circulação e liberdade, diálogo e felicidade, em todas as partes do mundo. Na prática, é o signo por excelência da cidadania no âmbito da sociedade mundial, isto é, do mercado global. O cartão de crédito, magnético, adquiriu maior vigência do que a cédula de identidade e o passaporte, os quais padecem das limitações da nacionalidade, do nacionalismo ou das limitações da província. Com ele o indivíduo pode circular pelo mundo, atravessando territórios e fronteiras, regimes políticos e culturas, línguas e religiões, como algo volante, desenraizado ou desterritorializado. Compra o que quiser e onde quiser, sempre com a tranqüila confiabilidade de alguém transparecendo credibilidade. Assim se combinam o cartão e o consumismo, as duas faces mais evidentes do tipo de cidadania característica do neoliberalismo. Aquele que compra necessariamente elege, escolhe ou pondera as alternativas possíveis, os ganhos e as perdas, de modo a realizar da melhor forma os seus interesses e objetivos reais ou imaginários, em geral pragmáticos ou prosaicos. Aos poucos, fica evidente que o cartão de crédito e as operações que se podem realizar com ele configuram a prática do individualismo e da escolha racional, em escala local, nacional, regional e mundial.

Sim, o neoliberalismo articula o mundo em moldes sistêmicos. A despeito de complexo e contraditório, ou caleidoscópico e caótico, esse mundo é simultaneamente organizado, integrado, administrado e dinamizado em moldes basicamente sistêmicos. Sob certos aspectos, o individualismo e a escolha racional podem ser vistos como produtos e condições de toda uma visão sistêmica bastante sofisticada; na qual as condições e as possibilidades da atividade de indivíduos e coletividades estão mais ou menos delimitadas. As tecnologias eletrônicas e informáticas, agilizadas pelas corporações transnacionais e as organizações multilaterais, intensificam e generalizam a articulação sistêmica do mundo, compreendendo indivíduos e coletividades. Esse o contexto em que o cartão de crédito e o consumismo se traduzem em cidadania transnacional, o mesmo cosmopolitismo das coisas no mercado. “Em todos os lugares, eletricidade vale como eletricidade, dinheiro como dinheiro, homem como homem; com as exceções que sinalizam um estado patológico, atrasado e ameaçado” (Luhmann, s.d.:154).² É assim que o pen-

samento neoliberal inventa um mundo que parece integrado, que tende a funcionar harmonicamente, no qual as “complementaridades” não só substituem como suprimem as “antinomias”.

No bojo da ideologia neoliberal, florescem várias utopias muito evidentes e correntes. Expressões como “aldeia global”, “mundo sem fronteiras”, “nova ordem econômica mundial”, “fim da geografia” e “fim da história”, entre outras, são muito indicativas das expectativas e ilusões que o neoliberalismo apresenta como ideais a serem realizados. Sem esquecer que essas utopias, que no limite se dissolvem em uma só, inspiram a prática e o discurso, a publicidade e a retórica, as diretrizes e as exigências, de uns e outros situados nas organizações, corporações, estruturas e blocos de poder que administram as linhas básicas da globalização do mundo pelo alto.

NOTAS

1. Consultar também Le Monde Diplomatique (1995); Curran e Gurevitch (1991); Ortiz (1994) e Moraes (1997).
2. Ver também Castells (1996); Modelski (1987); Schaff (1990) e Wiener (1968).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO MUNDIAL. *Do plano ao mercado*. Washington, 1996.
- BARNET, R.J. e CAVANAGH, J. *Global dreams (Imperial corporations and the new world order)*. Nova York, Simon & Schuster, 1994.

- BERTELSMANN. *Annual Report 1992/93*. Alemanha, Gutersloh, 1994.
- BIRNBAUM, P. e LECA, J. (orgs.). *Sur l'individualisme*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986.
- CAMILLERI, J.A. e FALK, J. *The end of sovereignty?* Aldershot, England, Edward Elgar, 1992.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Cambridge, Blackwell Publishers, 1996.
- COX, R.W. “Critical political economy”. In: HETTNE, B. (org.). *International political economy (understanding global disorder)*. Londres, Zed Books, 1995.
- CURRAN, J. e GUREVITCH, M.(orgs.). *Mass media and society*. Londres, Edward Arnold, 1991.
- ELSTER, J. (org.). *Rational choice*. Oxford, Basil Blackwell, 1986.
- KORTEN, D.C. *Quando as corporações regem o mundo*. São Paulo, Editora Futura, 1996 (trad. de Anna Terzi Giova).
- LE MONDE DIPLOMATIQUE. “Médias et contrôle des esprits”. Paris, Manière de Voir, n.27, 1995.
- LUHMANN, N. *Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro, Edições Tempos Brasileiros, v.II, s.d. (trad. de Gustavo Bayer).
- MELO, M.A.B.C. de e COSTA, N. do R. “Desenvolvimento sustentável, ajuste estrutural e política social: as estratégicas da OMS/OPS e do Banco Mundial para a atenção à saúde”. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, n.11, 1994, p.49-108.
- MODELSKI, G. *Long cycles in world politics*. Seattle e Londres, University of Washington Press, 1987.
- MORAES, D. de. (org.) *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande, Letra Livre, 1997.
- OHMAE, K. *The end of the nation state (the rise of regional economies)*. Nova York, The Free Press, 1995.
- ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo, Ed. Unesp, 1990 (trad. de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes).
- TANZI, V. (org.). *Transition to market*. Washington, International Monetary Fund, 1993.
- TOMMASI, L. de; WARDE, M.J. e HADDAD, S. (orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo, Cortez Editora, 1996.
- WIENER, N. *Cibernética e sociedade*. São Paulo, Editora Cultrix, 1968 (trad. de José Paulo Paes).